



Determinismo, Teleologia e Liberdade na Filosofia Kantiana de História

Ivan Rodrigo Trevisan¹

Resumo: O presente trabalho busca analisar os aspectos relacionados ao determinismo histórico e ao dever da humanidade presentes na obra *Ideia de Uma História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita*, escrita em 1783, pelo filósofo alemão Immanuel Kant. Para isso, primeiramente situaremos a obra dentro do contexto do Iluminismo europeu assim como entre as chamadas filosofias da história do Século XVIII. Visando uma maior compreensão da obra no que refere-se à liberdade dos indivíduos na história, auxiliaremos de outro artigo do filósofo chamado *Resposta à Pergunta “O que é o Iluminismo”*, publicado um ano após *Ideia de uma História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita* sobretudo para relacionar suas ideias de Modernidade com a sua Filosofia da História.

Palavras-Chaves: Filosofias da História. Determinismo Histórico. Immanuel Kant.

Determinism, Teology and Freedom in Philosophy Kantian of History

Abstract: This study aims to analyze aspects related to historical determinism and the future of humanity present in the work *Idea for a Universal History from a Cosmopolitan Point of View*, written in 1783 by the German philosopher Immanuel Kant. Firstly we will situate the work within the context of the European Enlightenment as well as between the Philosophies of History of the XVII century. We propose to understand the work of Kant in relation to the individual freedom in history. We will use to help us another article of the philosopher, called *Answering the Question: “What Is Enlightenment?”*, published an year after *Idea for a Universal History from a Cosmopolitan Point of View*, above all to relate his ideas of modernity to his philosophy of history.

Keywords: Philosophy of History. Historical Determinism. Immanuel Kant.

As Filosofias da História e o Iluminismo Europeu

Embora as reflexões sobre o sentido da história remontem à Antiguidade Clássica, passando pela Idade Média e pela Renascença, é no Século XVIII que as chamadas “filosofias da história” (termo alcunhado pela primeira vez por Voltaire em 1765) encontraram seu apogeu (PEGORARO, 2009, p. 7).

Provenientes do interesse por parte dos filósofos, a reaproximação entre a filosofia e a história expande o tema (ou o “alvo”) da história, indo além do significado originário do termo: descrição, relato e narração de acontecimentos, passando a ser considerada como um

¹ Doutorando e Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). Graduado em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).



“guia para a verdade”, uma espécie de “mestra da vida” (CÍCERO, 1998, p. 36) – à medida que a religião e a metafísica se enfraqueciam (PEGORARO, 2009, p. 9).

A história ganha novo *status* e atinge um novo patamar na mão desses filósofos que a enxergam como “fonte de sabedoria”, ou nas palavras de Marques de Chastellux “um princípio de perfectibilidade, uma causa de melhoramento” (CHASTELLUX apud WALSH, 1978, p. 265). A história, nesse sentido, teria o poder de orientar os homens que ao descobrirem “verdades úteis” no passado, poderiam aplicá-las ao tempo presente. O entusiasmo gerado por parte desses filósofos com relação à história levou alguns deles a proclamarem o caráter científico da história e a possibilidade de uma “ciência da história”, oportunidade na qual o seu conhecimento poderia ser ainda mais preciso do que o conhecimento da natureza física.

No entanto, o cepticismo (pironismo histórico) em relação às fontes e às “verdades históricas” evidenciavam a impossibilidade de se colocar a história em um mesmo nível de exatidão como o da matemática, por exemplo, o que levou alguns filósofos a falarem em “verdades prováveis”, diminuindo suas credulidades quanto ao caráter científico e de exatidão da história e embora não designassem o sentido da história a um “Deus” – no sentido usado tradicionalmente pelas religiões – as filosofias da história revestiam-se de caráter religioso ao tentarem responder empiricamente qual seria o propósito da história, tornando-se cada vez mais difícil apresentá-las de maneira solidamente fundamentadas sob os paradigmas científicos vigentes à época (BAUMER, 1990, p. 88 e 158).

A especulação em torno do *télos* da história foi a grande preocupação desses filósofos, que a partir da pergunta: “há algum sentido na história?”. Elaboraram seus respectivos sistemas filosóficos especulativos que necessariamente implicavam em concepções teleológicas e/ou deterministas de história.

Teleológicas porque concebiam a história com uma finalidade, um fim ao qual a humanidade necessariamente deveria destinar-se, ou seja, a história para esses filósofos seria portadora de um sentido – uma espécie de enredo elaborado a priori e para o qual a humanidade deveria desenvolver-se. A humanidade estando pré-determinada a um fim em específico – guiada pelo “fio-condutor” da história – implicaria necessariamente em concepções deterministas de história.



Posteriormente, a partir da segunda metade do Século XVIII, as grandes filosofias da história preocuparam-se em esclarecer qual era o sentido ou a finalidade da história e como funcionavam os mecanismos secretos elaborados a priori por algum ente sobrenatural, traduzidos por Natureza ou Providência Divina ou Espírito do Mundo, nos casos de Kant, Vico e Hegel. Obviamente o propósito da história não era o mesmo para cada filósofo. No entanto, a tentativa de dar um sentido à história da humanidade foi a grande base comum pelas quais se ergueram as filosofias da história desse período.

A história de uma única nação ou civilização dá lugar a uma espécie de nova História Universal onde embora esses filósofos reivindicassem estarem escrevendo uma história universal da humanidade, raramente deixaram de colocar a Europa no centro do mundo ou como grande “guia” da humanidade em direção ao Progresso. Para Walsh (1978, p. 162), a Europa estaria no “centro” do mundo “porque os europeus foram os primeiros a ver a luz, a luz da ciência que, por sua vez, tornou possível o Iluminismo em geral”.

Dessa forma, as filosofias da história reproduziram naturalmente as concepções eurocêntricas de mundo, sobretudo quando recorriam à história para justificarem sua pretensa superioridade diante de outros povos e civilizações. Para esses filósofos, a “condução” da humanidade (para “à frente”) seria a partir do continente europeu:

Os europeus, afirmou Condorcet, tendo deixado para trás os piores aspectos do colonialismo, levariam, primeiro para a América e depois para a Ásia e para a África os princípios e o exemplo da liberdade, da iluminação, e da Razão da Europa. (WALSH, 1978, p. 280).

Tais filosofias que urgiram paradoxalmente em consonância com o alvorecer dos ideais iluministas e do projeto de Modernidade herdaram a concepção cristã de temporalidade linear da história, na qual um “Deus” garante finalidade e sentido à história da humanidade. Conforme Pecoraro, “a secularização das concepções religiosas e teológicas ao longo da Modernidade não fará outra coisa se não confirmar a fundamental importância e a vasta influência dessa concepção” (PECORARO, 2009, p. 11).

O processo de laicização e secularização pelo qual passou a sociedade a partir do advento da Modernidade não significou uma ruptura das filosofias da história com as concepções lineares de história (provenientes do Cristianismo), embora a ideia de Progresso tenha substituído as de Providência e Salvação:



Evidentemente, que a ideia da Providência não estava, de modo algum, morta, mas apenas secularizada e subordinada agora à ideia de Progresso na Terra. A história tinha um desígnio benéfico, ou meta, realizável apesar de, mas sobre tudo através de indivíduos ou grupos de homens que, pelo menos, não a procuravam (WALSH, 1978, p. 281).

Dessa forma, o Século XVIII vai desenhando-se como o “Século do Iluminismo” ou “Século Filosófico”, tamanha relevância que a filosofia obtém nesse período. Segundo Kreimendahl (2007), a filosofia foi desde o início o “motor” do Iluminismo, tendo a crítica racional penetrado em todas as esferas da vida social: “tudo o que tem pretensão por reconhecimento precisa passar pelo crivo da razão e tudo o que não passa nesse teste crítico é desmascarado como preconceito ou superstição, e conseqüentemente é menosprezado” (KREIMENDAHL, 2007, p. 32).

Nesse sentido, o projeto Iluminista se apresenta como possibilidade de “iluminação” dos indivíduos, primeiro sobre si mesmos e depois sobre os outros. A metáfora da “iluminação” (advinda do sol) sintetiza bem a possibilidade de “clarear” o pensamento das nebulosas nuvens que impediam o homem de fazer o uso da razão – em todas as instâncias práticas de sua vida. O ser humano torna-se o centro de interesse para os Iluministas e a liberdade de expressão e de pensamento torna-se condição *sine qua non* para o desenvolvimento das ideias, da ciência e das artes:

A luz; ou, melhor, as luzes, pois não se tratava de um único raio, mas sim de um feixe, projetava-se sobre as grandes massas de negrume de que a terra ainda estava coberta [...] Eram facho; a lâmpada cujo clarão os dirigia no caminho dos seus pensamentos e das suas ações; a aurora prenunciadora; o dia; o sol, constante, uniforme, duradouro. Antes deles os homens tinham errado porque viviam mergulhados na escuridão, porque tinham sido obrigados a permanecer no meio das trevas, das névoas da ignorância, das nuvens que escondiam a estrada direita; haviam tido uma venda a cobrir-lhe os olhos. Os pais tinham sido cegos, mas os seus descendentes seriam os filhos da luz (HAZARD, 1974, p. 49).

O progresso começara a tornar-se visível tanto no desenvolvimento tecnológico e científico como em acontecimentos políticos como a Revolução Inglesa e a Revolução Francesa, entusiasmando boa parte desses filósofos a acreditarem no início de uma nova “Era das Luzes”, onde a humanidade passaria a ser “guiada” pela razão e pelo conhecimento, deixando a para trás a “idade das trevas”.

A percepção de ruptura levou à ideia de tratar-se de um século “anti-histórico”, tamanha a crença na descontinuidade em relação ao passado. A noção de progresso levou ao desprezo pelo passado, particularmente em relação à Idade Média, vista como um período de



“trevas”, onde a ignorância e superstição predominavam, sobretudo a partir das crenças e dogmatismos religiosos que impediam o homem de sair do seu estado de menoridade (KANT, 1995).

A noção de movimento substitui aos poucos a de estaticidade e a história parecia cada vez mais estar “caminhando” em algum sentido, distanciando-se do passado. A noção de progresso e a diferenciação entre o passado, o tempo presente e futuro tornam-se a “base” sobre as quais as grandes filosofias da história irão erguer-se:

Na maior parte das áreas, embora não em todas, comparavam o progresso desfavoravelmente com o presente, e concebiam o progresso como um salto súbito da humanidade. [...] Todos acreditavam que o Progresso acelerara muito nos últimos séculos e que agora era provavelmente irreversível (WALSH, 1978, p. 278).

A reivindicação básica do Iluminismo, conforme Kreimendahl (2007) refere-se à autonomia do sujeito, que deveria libertar-se de todos os laços de tradição que o prendiam através do preconceito e das superstições. Esse objetivo central do Iluminismo encontrou sua expressão maior na frase utilizada por Voltaire à época:

A *Aufklärung* é uma época que formula ela mesma seu lema, seu preceito e que diz o que se tem de fazer, tanto em relação à história geral do pensamento, quanto em relação a seu presente e às formas de conhecimento, de saber, de ignorância e de ilusão nas quais ela sabe reconhecer sua situação histórica (FOUCAULT, 1994, p. 3).

No entanto, embora o otimismo gerado pelo Iluminismo tenha levado seus entusiastas a proclamarem o início de uma nova “Era das Luzes”, a advertência de Immanuel Kant mostra-se necessária: “não se vive em uma era iluminada, mas sim numa era de iluminismo”, revelando dessa forma o caráter “restrito” dos ideais iluministas, provavelmente devido ao seu alcance limitado no que se refere aos diferentes segmentos da sociedade (KANT, 1995, p. 6).

O Iluminismo enquanto movimento de abrangência europeia, desenvolveu-se de diferentes maneiras nos respectivos países, que encontravam-se em momentos históricos e políticos distintos. Dessa forma, pode-se situar o desenvolvimento do Iluminismo em três diferentes momentos: o Iluminismo Inicial, restrito a uma pequena elite, o Alto Iluminismo, quando os ideais Iluministas atingem as classes médias intelectuais e o Iluminismo Popular ou Tardio, que marca a exaustão do movimento (KREIMENDAHL, 2007).

Embora consensualmente falemos do Iluminismo, como suposto fenômeno homogêneo, que tem a filosofia como tema central em suas reflexões, a multiplicidade de



interpretações filosóficas nesse período permite-nos falarmos em Iluminismos, que variam de acordo com cada corrente filosófica situada em diferentes países.

Na Inglaterra, dois fatores marcam o início do Iluminismo, ou pelo menos formam as “bases” para o seu desenvolvimento: a primeira delas é a publicação em 1687 do livro *Philosophiae Naturalis Principia Mathematica*, de Isaac Newton, que serviu de paradigma às gerações seguintes de toda a Europa na explicação do mundo de maneira objetiva e científica. A segunda, a “Gloriosa Revolução” de 1688 que abriu caminho para o parlamentarismo e a tolerância religiosa, criando um ambiente favorável ao livre pensamento (KREIMENDAHL, 2007). “Especialmente na Inglaterra, o Iluminismo foi e permaneceu mais forte que em outros países com características das ciências (naturais) e do empirismo, o movimento se apresenta como executor do programa Newtoniano” (KREIMENDAHL, 2007, p. 13).

Diferentemente da França, que teve o Iluminismo desenvolvido em um ambiente marcado pela forte cultura aristocrática em torno de Luís XIV. Daí a crítica dirigida pelos filósofos franceses às instituições tradicionais e à igreja em particular. Voltaire e Diderot são os principais nomes do Iluminismo francês, que conforme Robert Darnton (2005, p. 36) “é um fenômeno histórico concreto em determinado tempo e em determinado lugar, Paris, no início do século dezoito”. O Iluminismo inglês não possuiu esse caráter anticlerical como o francês, devido ao ambiente favorável e liberal criado pela “Revolução Gloriosa”.

Na *encyclopédie*, compilada por quase todas as cabeças intelectuais da França, revela-se a tendência enciclopedista da época atrelada a uma ideia de ciência que, em primeiro lugar, quer disponibilizar conhecimento útil, que possibilitaria a transformação social, política e econômica da vida no sentido do bem-entendido interesse próprio do indivíduo (KREIMENDAHL, 2007, p. 17).

Como a condição histórica de cada país impulsionou ou tardou o desenvolvimento dos ideais Iluministas, a explicação para o atraso do desenvolvimento Iluminista na Alemanha tem sua explicação, segundo Kreimendahl (2007), devido à fragmentação do território em pequenos Estados e na ausência de uma corte que unificasse os pensadores. A demora em chegar à Alemanha as traduções de Newton e Locke, também tardaram o desenvolvimento do Iluminismo alemão, que mais tarde inauguraria seu Idealismo.

Embora não haja consenso em torno do início da Era do Iluminismo – devido, sobretudo, à forte ligação do Século XVIII com o século antecessor – estima-se que tenha



iniciado na década de 1680 aproximadamente, nos três principais países citados acima, e durado pouco mais de um século, até 1790 (KREIMENDAHL, 2007).

Outras concepções cronológicas de delimitação do período Iluminista existem e são passíveis de consideração, visto que se trata de um processo de formação, consolidação e continuidade dos ideais iluministas ao longo do tempo, que conforme Foucault “a questão da Aufklärung ou, ainda, da razão, como problema histórico, de maneira mais ou menos oculta, tem atravessado todo o pensamento filosófico desde Kant até hoje” (FOUCAULT, 1994, p. 13).

Segundo Cassirer (1994, p. 13), “a filosofia do Iluminismo propriamente dita é algo muito diverso do conjunto do que foi pensado e ensinado pelos grandes mestres do período”, o que significa dizer que o sentido histórico do Iluminismo ainda é passível de interpretações e está em aberto para novas apreensões sobre o seu significado tanto histórico quanto filosófico.

Ideia de uma História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita

Publicado originalmente em 1784 na revista *Berlinische Monatschrift* em forma de artigo, *Ideia Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita* inaugura a Filosofia da História alemã ao tratar centralmente da História da Humanidade. A começar pelo título do artigo, evidencia-se a intenção de Immanuel Kant em conceber uma história de caráter universal, entendida como um todo, refletindo acerca do sentido do processo histórico e das ações humanas.

Nele, Kant expõe suas concepções acerca do devir histórico da humanidade, onde as concepções de progresso aparecem em uma tentativa de apresentar uma filosofia da história secularizada e racional. A busca de leis naturais e universais que “guiem” a história da humanidade reflete a concepção Kantiana em um propósito maior da história humana, elaborado a *priori* pelo que o filósofo designou Natureza, a qual teria sob seus desígnios mais ocultos um propósito maior para a humanidade (acaso estaria a Natureza a brincar infantilmente com os homens? indaga o filósofo).

Já na introdução do texto, Kant nos fala que independente do conceito que se faça de liberdade da vontade, as suas manifestações – as ações humanas – como todo outro acontecimento natural, são determinadas por leis naturais e universais. A ideia de um plano



secreto da natureza a partir do desenvolvimento das disposições naturais dos homens implica a concepção de história baseada em leis teleológicas sob as quais a humanidade deve direcionar-se em realização ao seu propósito maior.

Em *Ideia Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita*, Kant elabora uma história filosófica que busque encontrar um curso regular dos acontecimentos humanos, que embora aparentemente apresentem-se desconexos à primeira vista, pertencem a um enredo maior e sob os quais os homens, embora não tenham consciência, colaboram para o seu desenvolvimento:

Os homens singulares, e até povos inteiros, só em escassa medida se dão conta de que, ao perseguirem cada qual o seu propósito de harmonia com a sua disposição e, muitas vezes, em mútua oposição, seguem imperceptivelmente, como fio condutor, a intenção da natureza, deles desconhecida, e concorrem para o seu fomento, o qual, se lhes fosse patente, pouco decerto lhes interessaria (KANT, 2011, p. 4).

A história, sob essa perspectiva, deve ir além da descrição de um “amontoador” de acontecimentos para ocupar-se do curso regular dos acontecimentos da espécie humana. É isso que pretende Kant em *Ideia Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita*. O texto divide-se em nove Proposições sobre as quais Kant reflete sobre a Natureza, o sentido e o dever dos homens no processo histórico e a constituição de uma sociedade civil perfeita entre os Estados. Filosofia e política aparecem indissociadas sob essa perspectiva filosófica.

Na primeira proposição, Kant elabora uma doutrina teleológica da Natureza, onde as disposições naturais do indivíduo devem desenvolver-se segundo as suas finalidades, do contrário, a natureza humana não teria sentido e o desolado mais ou menos do acaso, viria a ocupar o lugar de fio condutor da história:

Todas as disposições naturais de uma criatura estão determinadas a desenvolver-se alguma vez de um modo completo e apropriado. Assim o comprova em todos os animais tanto a observação externa como a observação interna ou analítica. Um órgão que não venha a ser utilizado, uma disposição que não atinja o seu fim é uma contradição na doutrina teleológica da natureza (KANT, 2011, p. 5).

No entanto, o desenvolvimento das disposições naturais não se efetuará por completo no indivíduo, mas apenas na espécie humana, devido ao breve tempo de vida destinado ao indivíduo. Apenas no longo transcorrer de inúmeras gerações é que as disposições naturais desenvolver-se-iam na espécie humana e de forma gradual, conforme a segunda proposição:

A razão numa criatura é uma faculdade de ampliar as regras e intenções do uso de todas as suas forças muito além do instinto natural, e não conhece limites alguns



para os seus projectos. Não actua, porém, de modo instintivo, mas precisa de tentativas, de exercício e de aprendizagem, para avançar de forma gradual de um estágio do conhecimento para outro. Pelo que cada homem teria de viver um tempo incomensuravelmente longo para aprender como deveria usar com perfeição todas as suas disposições naturais; ou, se a natureza estabeleceu apenas um breve prazo à sua vida (como realmente acontece), ela necessita de uma série talvez incontável de gerações, das quais uma transmite à outra os seus conhecimentos, para que finalmente o seu germe, ínsito na nossa espécie, alcance o estágio de desenvolvimento que é de todo adequado à sua intenção (KANT, 2011, p. 6).

Dessa forma, a oposição Kantiana entre indivíduo e espécie aponta para uma perspectiva teleológica de desenvolvimento das disposições naturais do indivíduo no “futuro”. Não é por acaso, como diz Kant, que as velhas gerações aparentam sempre estarem trabalhando, apenas para que as gerações futuras venham a usufruir do seu trabalho (KANT, 2011).

A concepção teleológica de natureza e de desenvolvimento das disposições naturais do homem na história indica um devir na história humana em Kant, o que implica em um pré-determinismo devido a um plano elaborado *a priori* pela natureza, que nada faz sem finalidade, conforme a primeira proposição Kantiana:

Kant entendia que a Natureza nada fazia gratuitamente e “nem era pródiga no emprego dos meios para seus fins”. O fato de haver “dotado o homem de razão e, assim, da liberdade da vontade que nela se funda”, era um sinal inequívoco de que havia essa intenção da Natureza na história (ARMANI, 2008, p. 3).

A partir dessa premissa, poderíamos nos perguntar por que a natureza, que nada faz sem finalidade, segundo Kant, não logrou de imediato ao homem o pleno desenvolvimento das suas disposições. Ocorre que diferentemente dos animais, que agem por instinto, a *Natureza* dotou o homem de razão e de liberdade, justamente para que o mesmo, através do próprio esforço e trabalho, desenvolvesse as suas disposições naturais e que “não compartilhe nenhuma outra felicidade ou perfeição exceto a que ele, liberto do instinto, conseguiu para si mesmo, mediante a própria razão” (KANT, 2011, p. 6):

Parece, pois, que à natureza não lhe interessava que ele vivesse bem, mas que se desenvolvesse até ao ponto de, pelo seu comportamento, se tornar digno da vida e do bem-estar. A natureza nada faz em vão e não é perdulária no emprego dos meios para os seus fins. Que tenha dotado o homem de razão e da liberdade da vontade, que nela se funda, era já um indício claro da sua intenção no tocante ao seu equipamento. Ele não deveria ser dirigido pelo instinto ou ser objecto de cuidado e ensinado mediante conhecimentos adquiridos; deveria, pelo contrário, extrair tudo de si mesmo (KANT, 2011, p. 7).

Na quarta proposição, Kant aponta para os meios pelos quais a natureza pretende que os homens desenvolvam suas disposições: através da sociabilidade insociável, ou seja, os



homens possuem uma inclinação natural para entrarem em sociedade, mas sabem que nela encontraram resistências às suas vontades, o que os leva muitas vezes a buscarem o isolamento; no entanto, os homens apenas realizam-se em sociedade.

Diante de seus pares, buscaram obter uma posição de destaque, através de poder ou de posses e assim acabam por desenvolver os seus talentos. Dessa forma a sociabilidade insociável age para que os homens saiam de sua “zona de conforto” e busquem o aperfeiçoamento e de suas habilidades:

[...] o homem quer concórdia; mas a natureza sabe melhor o que é bom para a sua espécie, e quer discórdia. Ele quer viver comodamente e na satisfação; a natureza, porém, quer que ele saia da indolência e da satisfação ociosa, que mergulhe no trabalho e nas contrariedades para, em contrapartida, encontrar também os meios de se livrar com sagacidade daquela situação (KANT, 2011, p. 9).

O antagonismo entre os interesses dos indivíduos em sociedade leva-os a constituírem um Estado civil para viverem juntos com determinações jurídicas que regulem as suas relações, garantindo o máximo de liberdade a cada um de seus membros. O estabelecimento de uma Constituição Política perfeitamente justa e que garanta a Paz Universal é para Kant a premissa básica para o desenvolvimento de todas as disposições naturais da espécie humana. O direito cosmopolita estabelece-se dessa forma como o “fio-condutor” da história em direção à realização de sua finalidade, de acordo com o plano secreto da natureza:

Uma sociedade em que a liberdade sob leis exteriores se encontra unida no maior grau possível com o poder irresistível, isto é, uma constituição civil perfeitamente justa, que deve constituir para o género humano a mais elevada tarefa da Natureza; porque só mediante a solução e o cumprimento de semelhante tarefa pode a Natureza levar a cabo os seus restantes intentos relativos à nossa espécie (KANT, 2011, p. 10).

Semelhantes aos animais que agem por instinto, os homens – que não agem exclusivamente guiados pela razão – necessitam de um senhor que limite os abusos de sua liberdade e a sua propensão ao egoísmo e garanta a liberdade para todos os membros da comunidade. Só assim a sociabilidade insociável dos homens seria aproveitada da melhor forma, do contrário, viveriam os homens em estado de liberdade selvagem, guiados unicamente pelos seus interesses.

Embora a solução perfeita seja impossível, já que o homem, “feito de um lenho tão retorcido, de que nada de inteiramente direito se pode fazer” (KANT, 2011, p. 12), a solução para Kant está no género humano e na Natureza, que exige uma grande experiência



ao longo do tempo para constituir – se assim estiverem dispostos os homens – uma comunidade política perfeita, através de leis que sejam universalmente válidas e justas:

Como só na sociedade e, claro está, naquela que tem a máxima liberdade, por conseguinte, o antagonismo universal dos seus membros e possui, no entanto, a mais exacta determinação e segurança dos limites de tal liberdade para que possa existir com a liberdade dos outros - como só nela se pode obter a mais elevada intenção da Natureza, posta na humanidade, a saber, o desenvolvimento de todas as suas disposições, a Natureza quer também que ela própria realize este seu fim, bem como todos os fins do seu destino: por isso, uma sociedade em que a liberdade sob leis exteriores se encontra unida no maior grau possível com o poder irresistível, isto é, uma constituição civil perfeitamente justa, que deve constituir para o género humano a mais elevada tarefa da Natureza; porque só mediante a solução e o cumprimento de semelhante tarefa pode a Natureza levar a cabo os seus restantes intentos relativos à nossa espécie (KANT, 2011, p. 9).

Para Kant, o antagonismo que move os indivíduos também move os Estados em direção a uma relação externa legal, onde a tranquilidade e a segurança estejam garantidas por uma Constituição de Estado, a qual Kant denominou “Liga dos Povos” ou “Federação das Nações”. A ideia de um Estado autônomo semelhante a uma Comunidade Civil que atue como entidade reguladora entre os Estados é apresentada por Kant em sua sétima proposição:

Por conseguinte, a Natureza utilizou uma vez mais a incompatibilidade dos homens, e até das grandes sociedades e corpos estatais que formam estas criaturas, como meio para encontrar no seu inevitável antagonismo um estado de tranquilidade e de segurança; isto é, por meio das guerras, do armamento excessivo e jamais afrouxado em vista das mesmas, da necessidade que, por fim, cada Estado deve por isso sentir internamente até em tempo de paz, a Natureza compele-os, primeiro, a tentativas imperfeitas e, finalmente, após muitas devastações, naufrágios e até esgotamento interno geral das suas forças, ao intento que a razão lhes podia ter inspirado, mesmo sem tantas e tão tristes experiências, a saber: sair do estado sem leis dos selvagens e ingressar numa liga de povos, onde cada Estado, inclusive o mais pequeno, poderia aguardar a sua segurança e o seu direito, não do seu próprio poder ou da própria decisão jurídica, mas apenas dessa grande federação de nações (*Foedus Amphictyonum*), de uma potência unificada e da decisão segundo leis da vontade unida (KANT, 2011, p. 12).

A oitava proposição é uma consequência da anterior, nela Kant reafirma a necessidade de uma Constituição Estatal perfeita para a possível realização do plano oculto da Natureza para com a História Humana. Essa Constituição deve funcionar internamente (no plano dos indivíduos) e externamente (regulando as relações entre os Estados) devendo conter os poderes e as influências entre os Estados, só assim as disposições da Natureza poderão desenvolver-se plenamente. Os Estados tornaram-se “árbitros” preparando os homens para um futuro de paz, onde a guerra tornar-se-ia um empreendimento artificioso e já



não interessaria aos governantes. Por enquanto, temos apenas “um projeto grosseiro” do que se idealiza para um futuro idealizado:

Embora este corpo político se encontre agora só ainda num projecto grosseiro, começa já, por assim dizer, a suscitar um sentimento em todos os membros, interessados na manutenção do todo; isso alenta a esperança de que, após muitas revoluções transformadoras, virá por fim a realizar-se o que a Natureza apresenta como propósito supremo: um estado de cidadania mundial como o seio em que se desenvolverão todas as disposições originárias do género humano (KANT, 2011, p. 17).

Para Immanuel Kant, a liberdade civil já não pode ser atacada tão facilmente (principalmente a liberdade de comércio), pois se os governantes assim o fizessem, estariam restringindo toda a “vivacidade do tráfico geral” (KANT, 2011, p. 18). Nesse sentido, a ilustração aparece como um grande “bem” ao gênero humano, pois ela pode e deve influenciar príncipes e governantes em direção à constituição de relações internas e externas legais, como premissa básica para o desenvolvimento da espécie humana: “após muitas revoluções transformadoras, virá por fim a realizar-se o que a natureza apresenta como propósito supremo: um estado de cidadania mundial como seio em que se desenvolveram todas as disposições originárias do ser humano” (KANT, 2011, p. 18).

Na nona e última proposição, Kant nos fala que embora seja “estranho” conceber a história segundo uma ideia de como deveria ser o curso do mundo, um ensaio filosófico que procure elaborar toda a história mundial segundo um plano da natureza deve se considerar possível, pois, mesmo se a Natureza agisse sem fins, essa ideia de uma História Universal poderia nos servir para compreendemos as ações humanas como parte de um todo – do gênero humano.

Para Kant, se analisarmos a história da humanidade, descobriremos nela um curso regular e de melhoramento contínuo de povos e de Estados, que mesmo em processo de decadência ou de desaparecimento, legaram a sua “contribuição” para o longo processo do desenvolvimento da espécie humana. Descobriremos também a existência de um “fio-condutor” na história que tem conduzido a humanidade em direção à realização de seu propósito maior, dando sentido ao “emaranhado jogo das coisas humanas”, além de uma visão “consoladora” de futuro, no qual o gênero humano se apresenta como atingindo o seu destino aqui na terra.



A ideia de uma História Universal com um “fio-condutor” a *priori* apresentada por Kant é segundo o filósofo, um pensamento de uma cabeça filosófica a partir de um ponto de vista – o que não diminui o intento de se constituir uma história filosófica.

Resposta à Pergunta: “O Que é o Iluminismo?”

Um ano após ter escrito *Ideia de uma História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita*, Immanuel Kant, indagado por um teólogo local, respondeu o que seria o “Iluminismo” em formato de artigo na revista *Berlinische Monatsschrift* intitulado *Resposta à Pergunta “O Que é o Iluminismo?”*.

O texto tornou-se mais tarde um clássico do Iluminismo europeu e das reflexões sobre a Modernidade. Nele Kant nos dá algumas respostas a respeito de sua filosofia da história exposta anteriormente em *Ideia de uma História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita*, publicado em 1783.

Em termos de filosofia, *Resposta à Pergunta “O que é o Iluminismo?”* acabou tornando-se uma referência sobre o Iluminismo europeu, levando alguns autores a datarem o início da Modernidade em Kant e não em Descartes (MORÃO, 1995, p. 3). Nesse sentido, a filosofia crítica de Kant coloca-a em uma posição central na constituição da Modernidade e na formação de identidade do homem moderno.

Analisando os aspectos relacionados ao determinismo, à teleologia e à liberdade nessa obra, interessam-nos principalmente o primeiro e enfático parágrafo onde Kant define o que é o Iluminismo (ou esclarecimento) e fala sobre o estado de menoridade em que boa parte dos homens se encontra, assim como a possibilidade de esclarecimento:

Iluminismo é a saída do homem da sua menoridade de que ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de se servir do entendimento sem a orientação de outrem. Tal menoridade é por culpa própria, se a sua causa não residir na carência de entendimento, mas na falta de decisão e de coragem em se servir de si mesmo, sem a guia de outrem. “*Saperê aude!*” Tem a coragem de te servires do teu próprio entendimento! Eis a palavra de ordem do Iluminismo (KANT, 1995, p. 1).

Kant conclama todos os homens para que façam o uso livre de sua razão, visto que a Natureza dotou todos os indivíduos de racionalidade, mas que por comodidade delegaram a outrem a tarefa de pensar e passaram a viver sob tutela alheia. Ademais, seus tutores encarregam-se de desencorajá-los, demonstrando o quão arriscado por ser uma “travessia” para a maioridade:



A preguiça e a cobardia são as causas de os homens em tão grande parte, após a natureza os ter há muito libertado do controlo alheio (*naturaliter maiorennes*),[482] continuarem, todavia, de bom grado menores durante toda a vida; e também de a outros se tornar tão fácil assumir-se como seus tutores. É tão cómodo ser menor. Se eu tiver um livro que tem entendimento por mim, um director espiritual que em vez de mim tem consciência moral, um médico que por mim decide da dieta, etc., então não preciso de eu próprio me esforçar. Não me é forçoso pensar, quando posso simplesmente pagar; outros empreenderão por mim essa tarefa aborrecida. Porque a imensa maioria dos homens (inclusive todo o belo sexo) considera a passagem à maioridade difícil e também muito perigosa é que os tutores de bom grado tomaram a seu cargo a superintendência deles (KANT, 1995, p. 1).

Sendo o estado de menoridade uma condição pela qual os próprios homens são responsáveis, a sua saída também é uma “tarefa” de inteira responsabilidade dos homens, cabendo aos mesmos, criarem as condições adequadas para que o projeto de Ilustração seja realizado. Pois, justamente a natureza dotou cada homem de racionalidade para que os mesmos, através dos próprios esforços, atinjam o estado de maioridade fazendo uso da própria razão.

A ilustração (ou esclarecimento) entre os homens apresenta-se como processo histórico iniciado nesse período, mas de nenhuma forma a sua realização está determinada a priori entre todos os homens. Pois, embora para Kant a natureza tenha um devir histórico para a humanidade, ela concedeu-lhes também a liberdade, para que os próprios indivíduos conquistem a sua emancipação: “no nosso caso, isso pode acontecer com muito menos probabilidade, pois parece que, mediante a nossa própria organização racional, nos seria possível apressar esse momento tão ditoso para a nossa posteridade” (KANT, 1995, p. 15).

Além de dissertar sobre os meios práticos de atingir a Ilustração - no que se refere à organização do governo e da função das autoridades eclesásticas na sociedade – Kant apresenta a possibilidade do Iluminismo com certo otimismo ou a sua impossibilidade entraria em contradição com os “desígnios da natureza”:

Uma época não se pode coligar e conjurar para colocar a seguinte num estado em que se tornará impossível a ampliação dos seus conhecimentos (sobretudo os mais urgentes), a purificação dos erros e, em geral, o avanço progressivo na ilustração. Isso seria um crime contra a natureza humana, cuja determinação original consiste justamente neste avanço (KANT, 1995, p. 4).

Este “avanço” em direção ao Iluminismo se efetuará de modo gradativo e processual – desde que sejam criadas as condições para isso – visto tratar-se de uma “evolução” no modo de pensar dos homens que “libertam-se pouco a pouco da brutalidade, quando de nenhum modo se procura, de propósito, conservá-los nela” (KANT, 1995, p. 6).



Para Kant, uma revolução poderia modificar a ordem das coisas, mas dificilmente modificaria a essência daquilo que mantém os homens em seu estado de menoridade: a abstenção do uso da própria razão por parte desses indivíduos:

Por meio de uma revolução talvez se possa levar a cabo a queda do despotismo pessoal e da opressão gananciosa ou dominadora, mas nunca uma verdadeira reforma do modo de pensar. Novos preconceitos, justamente como os antigos, servirão de rédeas à grande massa destituída de pensamento. Mas é perfeitamente possível que um público a si mesmo se esclareça. Mais ainda, é quase inevitável, se para tal lhe for concedida a liberdade. Sempre haverá, de facto, alguns que pensam por si, mesmo entre os tutores estabelecidos da grande massa que, após terem arrojado de si o jugo da menoridade, espalharão à sua volta o espírito de uma estimativa racional do próprio valor e da vocação de cada homem para pensar por si mesmo (KANT, 1995, p. 2).

Ao apresentar a possibilidade – ou o ideal – do indivíduo esclarecido, Kant lança uma das “bases” do que se apresentaria mais tarde como projeto a ser alcançado pela Modernidade: a subjetivação do indivíduo. A Ilustração surge dessa forma como movimento inaugurador da Modernidade europeia, que proclama a razão como instrumento de autonomia dos indivíduos. Segundo Rouanet (1993, p. 33):

A ideia iluminista propõe estender a todos os indivíduos condições concretas de autonomia, em todas as esferas. Em outras palavras, ela é universalista em sua abrangência – ela visa todos os homens, sem limitações de sexo, raça, cultura, nação – individualizante em seu foco – os sujeitos e os objetos do processo de civilização são indivíduos e não entidades coletivas -, e emancipatória em sua intenção – esses humanos individualizados devem aceder à plena autonomia, no tríplice registro do pensamento, da política e da economia (ROUANET, 1993, p. 33).

Assim, a Ilustração aparece aqui como uma possibilidade histórica entre os homens, como uma perspectiva de futuro. Kant é enfático ao afirmar que não vive-se uma era “iluminada”, mas sim numa “era de iluminismo”. Para ele, há muita estrada a percorrer para que a humanidade chegue a este ponto de emancipação. Por enquanto, segundo Kant, temos apenas indícios da possibilidade de Ilustração entre os homens, já que “diminuem pouco a pouco os obstáculos à ilustração geral ou à saída dos homens da menoridade de que são culpados” (KANT, 1995, p. 6). Dessa forma, o Iluminismo projetado no horizonte é uma possibilidade histórica de esclarecimento, independência e autonomia intelectual para todos os indivíduos, daí o caráter universal dos ideais iluministas:

A universalidade significa que ele visa todos os seres humanos, independente de barreiras nacionais, étnicas ou culturais. A individualidade significa que estes seres humanos são considerados como pessoas concretas e não como integrantes de uma coletividade e que se atribui valor ético positivo à sua crescente individualização. A autonomia significa que esses seres humanos individualizados são aptos a pensarem por si mesmos, sem a tutela da religião ou da ideologia, a agirem no espaço público



e a adquirem pelo seu trabalho os bens e serviços necessários à sobrevivência material (ROUANET, 1993, p. 9).

Estabelecida a relação entre o iluminismo e o projeto de modernidade, pode-se pensar o ideal de independência e de autonomia do indivíduo como uma perspectiva de futuro projetada na Modernidade. Sob este aspecto, Resposta à Pergunta “O que é o Iluminismo?” pode também ser uma resposta ao que é – ou ao que pretende – a modernidade.

A Modernidade Ilustrada aparece como uma perspectiva para o futuro a partir da noção de rompimento e de afastamento em relação ao passado e em consonância com ampliação de expectativas que se abriam no horizonte da história com a ideia de progresso. Kant acreditava na tendência que o gênero humano tem para o progresso, no entanto, conforme a leitura de Foucault (1994, p. 7) “não é suficiente que se siga a trama teleológica que torna possível o progresso, é preciso isolar, no interior da história, um acontecimento que tenha o valor de signo”.

Para além dos grandes acontecimentos (como a Revolução Francesa, por exemplo) uma análise filosófica deveria centrar-se nos “espectadores” desses acontecimentos, que mesmo sem estarem participando diretamente de tais eventos, se sentiriam “entusiasmados”. Isso comprovaria a propensão natural que o gênero humano tem para o progresso – não só nos grandes momentos, mas como disposição moral dos homens:

É precisamente essa disposição da qual a humanidade é portadora em direção a tal constituição que o entusiasmo pela revolução significa. A revolução, em si mesma, não pode ser considerada como o signo de que existe uma causa capaz de sustentar, através da história, o progresso constante da humanidade. O que é importante na revolução, não é a revolução em si, mas o que se passa na cabeça dos que não a fazem ou, em todo caso, que não são os atores principais; é a relação que eles mantêm com essa revolução da qual eles não são agentes ativos (FOUCAULT, 1994, p. 6).

A partir da noção de progresso e de futuro, Kant elabora uma perspectiva de história teleológica com um devir histórico específico, traduzido nos ideais iluministas de esclarecimento, expostos em Resposta à Pergunta “O que é o Iluminismo?”. E, embora a Natureza tenha por finalidade que todos os homens atinjam esse objetivo, ela espera que os próprios indivíduos o realizem, através da coragem e do próprio esforço.

Para Kant, a história por si só não realizará esse objetivo, pois se o esclarecimento estivesse determinado a priori, não haveria os fatores “culpa”, “responsabilidade” e “tarefa” na filosofia Kantiana de história, na qual o Iluminismo só poderia realizar-se através de uma



transformação operada dentro dos próprios homens. Ao transferir a responsabilidade de esclarecimento para os indivíduos, Kant rompe com qualquer determinismo histórico a priori, relegando aos homens a liberdade para realizarem-se na história e não esperarem que a história realize uma “tarefa” que é unicamente sua.

Portanto, Resposta à Pergunta “O que é o Iluminismo?” apresenta-nos uma perspectiva histórica e filosófica que afigura o esclarecimento como uma possibilidade entre os homens – desde que seja garantida a liberdade entre eles – e não como uma fatalidade na qual os homens estariam destinados a *priori* – o que nos ajuda a compreender a ideia de uma História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita.

Considerações Finais

A ideia de “redigir uma história segundo uma ideia de como deveria ser o curso do mundo”, apresentada por Kant em a ideia de uma História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita, deve ser compreendida primeiramente em seu tempo. O mecanicismo newtoniano vigente à época via como principal função da ciência descobrir leis universais, baseando-se na crença de que a investigação racional poderia revelar o funcionamento mais intrínseco da natureza, sendo possível realizar previsões antecipadas de determinados fenômenos.

Assim como Kepler definiu as trajetórias dos planetas, Newton as leis do universo, caberia aos filósofos descobrirem as leis naturais que regessem universalmente o “desígnio da natureza nesta marcha absurda das coisas humanas” (KANT, 2011, p. 4). A tentativa de igualarem-se às ciências “exatas” como a matemática e a física em seu grau de exatidão e previsibilidade dos fenômenos, fez com que alguns filósofos – dentre eles Immanuel Kant – elaborassem sistemas filosóficos especulativos sobre o devir histórico da humanidade através da descoberta das leis que regessem a história.

Embora Kant soubesse das limitações de suas teses – no que se refere à demonstrabilidade e à verificabilidade – a ideia de uma História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita insere-se nessa busca das filosofias da história em atribuírem sentido à história dos homens, “aquilo que de outro modo seria um agregado sem plano das ações humanas”. A ideia de um “fio-condutor” presente na filosofia da história de Kant estabelece uma concepção de história teleológica, uma história com uma finalidade em específico,



que nesse caso, apresenta-se como o desenvolvimento das disposições originais dos seres humanos através do cumprimento do plano secreto da Natureza.

O “fio-condutor” da história em *Ideia de uma História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita* é o Direito Cosmopolita. É através da sua constituição e de uma situação externa legal entre os Estados que os indivíduos teriam a possibilidade de desenvolverem-se plenamente, segundo os desígnios da Providência.

A partir de uma análise histórica e filosófica da obra, poderíamos em um primeiro momento interpretá-la sob uma perspectiva determinista de história, onde o devir histórico da humanidade tratar-se-ia de uma determinação elaborada *a priori*, em que a humanidade estaria necessariamente sendo “guiada” em direção ao desenvolvimento do plano oculto da Natureza. Dessa interpretação provêm algumas críticas de que a filosofia da história apresentada em *Ideia de uma História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita* teria sido elaborada durante um “sono dogmático” de Kant, o qual discordamos por hora.

Longe de pretender-se um dogma filosófico, a ideia de uma História Universal com um “fio-condutor” é segundo Kant, “um pensamento de uma cabeça filosófica”, elaborada a partir de “um ponto de vista específico” (KANT, 2011, p. 22), portanto passível de crítica. Ademais, nos atenta Kant, nossa visão é demasiado curta para penetrarmos no secreto mecanismo da Natureza – reconhecendo as limitações de tal empreitada filosófica.

Ciente dos limites da racionalidade para elaborar tal filosofia da história, Kant apresentou-a como uma hipótese relativa, e não absoluta, ou seja: podemos aceitá-la relativamente, desde que concebamos a história da humanidade como um projeto racional da Natureza a ser realizado na História.

No que diz respeito ao determinismo histórico em *Ideia de uma História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita*, embora Kant estabeleça um devir histórico para a humanidade, em momento algum o filósofo afirma que necessariamente a humanidade realizaria esse propósito maior da Natureza; do contrário, não teria elaborado uma doutrina filosófica e jurídica em consonância com o que entendia como o devir histórico da humanidade: uma constituição de Estados perfeitamente justa.



Sob essa premissa, a realização do projeto ou do plano secreto da Natureza para com a humanidade ficaria a critério dos homens, cabendo aos mesmos constituírem uma comunidade de Estados que regulasse as relações externas e que permitisse internamente o pleno desenvolvimento dos indivíduos – caso contrário, a própria Natureza realizaria autonomamente o seu plano. No entanto, ela dotou o homem de liberdade para que o mesmo, através do próprio esforço, conquiste a sua emancipação (Ilustração). Dessa forma, Kant assegura a liberdade do indivíduo na história e coloca o devir histórico sob responsabilidade dos indivíduos, eliminando a oposição entre determinismo e liberdade em sua concepção de história aqui apresentada.

Referências

- ARMANI, C. H. A modernidade e a filosofia da história em Kant. **Revista do Instituto de Ciências Humanas e da informação**. Rio Grande, 2008
- BAUMER, F. **O pensamento europeu moderno**. Lisboa: Ed. 70, 1990.
- CASSIRER, E. **A Filosofia do Iluminismo**. 2 ed. Campinas/SP: UNICAMP, 1994.
- CICERO. O. **De oratore**. London: W. Heinemann, 1988.
- DARNTON, R. **Os dentes falsos de George Washington**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- FOUCAULT, M. **Dits et écrits**. 1994.
- HAZARD, P. **O pensamento europeu no Século XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1974.
- JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. **Dicionário Básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- KANT, I. **Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- KANT, I. **O que é o esclarecimento?** Lisboa: Free e-books, 1995.
- KREIMENDALL, L. (Org.). **Filósofos do século XVIII**. Porto Alegre, UNISINOS, 2007.
- LEMONDE. F. R. **Citations**. Disponível em:
<<http://dicocitations.lemonde.fr/citations/citation-80491.php>>. Acesso em: 17 mai. 2016.
- PECORARO, R. **Filosofias da história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- ROUANET, S. **Mal-estar na modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- WALSH, W. H. **Introdução à Filosofia da História**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.